

Venda de pinhão está liberada a partir de quarta-feira

Meio Ambiente

Publicado em

31/03/2020

Colheita, venda, transporte e armazenamento do fruto são proibidos antes do dia 1º de abril para garantir o consumo sustentável e proteger a reprodução da araucária.

O Instituto Água e Terra (IAT), vinculado à Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo, libera a partir dessa quarta-feira (01.04) a colheita, venda, transporte e armazenamento do pinhão. A recomendação é que a semente seja colhida de pinhas que já caíram, sinal mais garantido de sua maturação. Além disso, evita que a pessoa corra o risco de queda ao subir numa araucária.

As normas e instruções são estabelecidas na Portaria IAP nº 046/2015 e tem como objetivo conciliar a geração de renda e proteger a reprodução da araucária, árvore símbolo do Paraná e ameaçada de extinção.

“Quando o pinhão cai ao chão é uma oportunidade para animais, como a cutia, ajudarem a semear em outros lugares, garantindo a reprodução da araucária”, explica o gerente de Monitoramento e Fiscalização do IAT, Alvaro Cesar de Góes.

A semente da araucária se forma dentro de uma pinha, fechada, que com o tempo vai abrindo até liberar o pinhão, o qual precisa de quatro anos para completar o seu amadurecimento.

As pinhas maduras desprendem dos galhos geralmente entre os meses de abril a agosto e quando arrebentam esparramam as sementes do seu interior.

“Além de servir de alimento para a fauna local, o hábito de comer pinhão foi herdado de algumas tribos indígenas, sendo agora produto tradicional nas festas juninas e também utilizadas em várias receitas”, relata Góes.

PROIBIDO – Mesmo sendo colhido na data permitida, é proibido o consumo e

venda do pinhão verde. As pinhas imaturas apresentam casca esbranquiçada e alto teor de umidade. Se consumido, pode muitas vezes prejudicar a saúde, podendo causar problemas como a má digestão, náuseas e até episódios de constipação intestinal.

Isso acontece, em grande parte, porque neste estado a semente apresenta um alto teor de umidade, o que favorece a presença de fungos, podendo o alimento se tornar até tóxico para o consumo humano.

MULTA - De acordo com as normas ambientais, a pessoa que for flagrada na venda, transporte ou no armazenamento do pinhão antes de 1º de abril está sujeita a responder a processos administrativo e criminal, além de receber auto de infração ambiental e multa de R\$ 300,00 para cada 60 quilos de pinhão.

DENÚNCIAS - A venda de pinhões trazidos de outros Estados também não é permitida, sendo obrigatório respeitar as normas locais. Denúncias sobre a venda irregular de pinhão e demais infrações ambientais, podem ser feitas no link Fale Conosco, no [site do órgão](#), pelo telefone do IAT Curitiba: (41) 3213-3700 ou regionais do IAT e Polícia Ambiental.

Saiba mais sobre o trabalho da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo em:

<https://www.facebook.com/desenvolvimentosustentaveleturismo>